

AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020

Coordenador Regional para a Região Autónoma dos Açores

DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

1ª FASE – PRÉ-QUALIFICAÇÃO

AVISO PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS Nº 1/ 2016

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), apoiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), e a desenvolver na Região Autónoma dos Açores visa especialmente promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalhos, em coerência com o Acordo de Parceria – Portugal 2020. De acordo com o Programa Operacional MAR 2020 (PO MAR2020) aprovado pela Decisão de Execução C (2015) 8642, de 30 de novembro de 2015, a estratégia definida para o DLBC Costeiro, correspondente à Prioridade 4 do FEAMP, compreende objetivos relativos ao desenvolvimento e consolidação do modelo de abordagem ascendente e objetivos operacionais, ancorados nas intervenções a empreender.
- 1.2 No que respeita ao modelo de abordagem, pretende-se que o território da Região Autónoma dos Açores passe a ser abrangido pelo instrumento de DLBC, passando as intervenções nos domínios do desenvolvimento sustentável das zonas de pesca e aquicultura a estar presentes neste território em que as populações, desde sempre, se ligaram economicamente ao mar. Importa, pois, fomentar uma estratégia de desenvolvimento local que tenha em conta as realidades específicas de cada uma das comunidades costeiras, o que justifica a adoção do modelo de abordagem ascendente protagonizado pelos Grupos de Ação Local (GAL), que, no caso do DLBC costeiro, são designados por GAL-PESCA.
- 1.3 Da conjugação entre as oportunidades identificadas na análise SWOT do PO MAR 2020 e a necessidade de promover a criação de empregos e a diversificação das atividades económicas ligadas ao mar, foi também definido um conjunto de áreas de intervenção em torno das quais são concebidas as Estratégias de Desenvolvimento Local preparadas pelos GAL-PESCA e desenvolvidas as correspondentes operações.
- 1.4 Nos termos do artigo 34º do Regulamento (UE) 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e tal como definido no PO MAR 2020 e na legislação nacional para a governação do FEAMP, as funções dos GAL-PESCA incluem:
 - a) Reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar operações, incluindo fomentar as suas capacidades de gestão de projetos;
 - b) Definir um procedimento de seleção não discriminatório e transparente e critérios objetivos para a seleção das operações, que evitem conflitos de interesses, garantam que pelo menos 50% dos votos nas decisões de seleção correspondem a parceiros que não sejam autoridades públicas e permitam uma seleção por procedimento escrito;

- c) Respeitar a coerência com a Estratégia de Desenvolvimento Local ao selecionar as operações, estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas da estratégias;
- d) Preparar e publicar convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição de critérios de seleção;
- e) Receber e avaliar pedidos de apoio;
- f) Esclarecer as dúvidas dos promotores relativas ao processo administrativo a que obedece a tramitação das operações, bem como sobre os mecanismos a utilizar para esse fim;
- g) Selecionar as operações e fixar o montante do apoio e, se for caso disso, apresentar as propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação;
- h) Analisar os pedidos de pagamento;
- i) Realizar as visitas de acompanhamento das operações;
- j) Notificar os promotores para efeitos de avaliação da execução das operações e preparar as respostas a esclarecimentos solicitados no âmbito de auditoria e controlo interno;
- k) Transmitir à Autoridade de Gestão do PO MAR 2020, através do Coordenador Regional para a Região Autónoma dos Açores, as informações que lhe foram solicitadas;
- l) Monitorizar a execução da Estratégia de Desenvolvimento Local e as operações apoiadas e realizar ações específicas de avaliação de avaliação estratégica ligadas a essa estratégia;
- m) Animar o território.

1.5 A operacionalização do DLBC costeiro na Região Autónoma dos Açores será concretizada através de duas fases distintas:

- a) A primeira, objeto do presente aviso de concurso, que se consubstanciará na pré-qualificação de parcerias e da macroestrutura das respetivas linhas estratégicas e dos territórios, que reúnam as condições adequadas à submissão de uma Estratégia de Desenvolvimento Local e à constituição de um GAL-PESCA com representatividade e capacidades adequadas;
- b) A segunda, objeto de um convite futuro dirigido às parcerias pré-qualificadas, que se consubstanciará na submissão de Estratégias de Desenvolvimento Local completas ao financiamento por parte do PO MAR 2020, com vista à aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Local e reconhecimento do GAL-PESCA, consubstanciado numa contratualização entre a Autoridade de Gestão do PO MAR 2020, através do Coordenador Regional para a Região Autónoma dos Açores, e o respetivo GAL-PESCA.

1.6 No Anexo I apresenta-se um conjunto de informação relevante para este processo de operacionalização do DLBC costeiro e que deverá ser ponderada desde a primeira fase.

2 OBJETO DO AVISO DE CONCURSO

- 2.1 O presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas visa a pré-qualificação de parcerias no âmbito do processo de implementação do DLBC costeiro na Região Autónoma dos Açores, conforme o disposto no artigo 66º do Decreto – Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020, nos termos previstos nos pontos seguintes.
- 2.2 Assim, o presente aviso de concurso destina-se à pré-qualificação de parcerias para posterior submissão de Estratégias de Desenvolvimento Local e constitui a primeira fase do processo de implementação do instrumento DLBC costeiro na Região Autónoma dos Açores.
- 2.3 As parcerias deverão congregar-se em torno de uma estratégia integrada para um território sub-regional, fundamentando a delimitação territorial e demonstrando a adequação dos parceiros à estratégia.
- 2.4 As candidaturas a apresentar deverão ter uma focalização temática na promoção de estratégias que permitam aprofundar as experiências de diversificação de economias sustentáveis de base das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo e da promoção do emprego (sustentável e com qualidade), e, de forma complementar, na promoção da inovação social e na resposta a problemas de pobreza e exclusão social.

3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E REGULAMENTAR

- Regulamento (UE) nº 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece disposições comuns relativas aos Fundos Europeus Estruturais de Investimento para o período 2014-2020;
- Regulamento (UE) nº 508/2014 Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, relativo ao FEAMP;
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo da governação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento para o período 2014-2020;
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de Desenvolvimento Rural (PDR) e Programas Operacionais (PO);
- Resolução do Conselho do Governo n.º 28/2016, de 15 de fevereiro de 2016, relativa à operacionalização do PO Mar 2020 Região Autónoma dos Açores.
- Despacho nº 7031/2016, de 31 de março de 2016, do Gestor do MAR 2020, publicado na 2ª Série do Diário da República de 27 de maio de 2016, que delega competências no Coordenador Regional do MAR 2020 para a Região Autónoma dos Açores, nos termos previstos no nº 4 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
- Programa Operacional MAR 2020 <http://www.promar.gov.pt/m2020.aspx>

4 TERRITÓRIOS DE INTERVENÇÃO

- 4.1 Os DLBC costeiros devem incidir em comunidades com população entre 10.000 e 200.000 mil habitantes, a avaliar com base no Censos de 2011, nas quais as atividades ligadas ao setor das pescas assumam um papel relevante.
- 4.4 A seleção do território abrangido por cada DLBC costeiro (GAL-PESCA) deverá abranger, preferencialmente, freguesias de, pelo menos, duas ilhas, e uma população residente em, pelo menos, 3 “freguesias âncora”, ou seja, as freguesias situadas ao longo da costa das ilhas onde a atividade e as comunidades piscatórias são particularmente relevantes ao nível regional ou de cada ilha.
- 4.5 Àquelas freguesias poderão ser adicionadas outras freguesias desde que:
- Se situem ao longo da costa das ilhas (freguesias costeiras) e a opção encontre justificação na coesão territorial e/ou na garantia da presença de massa crítica,
 - Seja assegurada a divisão de NUT III e sejam atendidos os limites populacionais indicados no ponto 4.1.
- 4.6 Na seleção do território, os candidatos deverão ter em atenção a necessidade de concentração territorial, proporcionando a criação de sinergias entre as comunidades piscatórias mais relevantes da Região, a conveniência de partilha dos custos operacionais e estruturas e experiências de gestão dos futuros GAL-Pesca, e, a dotação disponível para financiamento do DLBC costeiro.
- 4.7 As freguesias-âncora e as freguesias costeiras encontram-se identificadas, respetivamente, nas Tabelas 1 e 2 do Anexo II.

5 ENTIDADE PROPONENTE

- 5.1 As candidaturas poderão ser apresentadas por qualquer parceria que se enquadre nos objetivos do presente aviso de concurso e respeite os seus requisitos.
- 5.2 Podem ser proponentes de candidaturas:
- a) As pessoas coletivas de carater associativo constituídas ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil;
 - b) Os agrupamentos complementares de empresas; cooperativas constituídas ao abrigo da Lei nº 51/96, de 7 de setembro.
 - c) As parcerias, reduzidas a escrito, sem personalidade jurídica, desde que designem como entidade gestora uma pessoa coletiva com uma natureza jurídica referida nas alíneas anteriores, ou, ainda, um município ou associação de municípios.
- 5.3 As parcerias constituídas para os efeitos do presente concurso devem envolver, preferencialmente, instituições de base sub-regional ou local com intervenção relevante tanto ao nível da sua esfera de atuação como no âmbito territorial de intervenção, assegurando um elevado grau de representatividade.

- 5.4 As parcerias deverão ser compostas maioritariamente por entidades de natureza privada e, dentro desta componente, os parceiros provenientes da fileira das pescas deverão representar, pelo menos, 50% do total.
- 5.5 Consideram-se provenientes da fileira das pescas os agentes económicos, que operem no âmbito da captura, embarcada ou apeada, de peixe, na sua produção e/ ou transformação, na produção de algas, na formação em áreas relacionadas com o mar, nos portos de pesca e na construção naval associada.
- 5.6 Nestas parcerias, o conjunto de entidades públicas ou de qualquer grupo de interesses individual, não poderão representar mais de 49% dos direitos de voto em processos de tomada de decisão.
- 5.7 A candidatura deverá enunciar o conjunto dos parceiros, procedendo à sua identificação e caracterização, indicando expressamente se se trata de uma entidade pública ou privada.
- 5.8 Farão parte da candidatura os protocolos ou outros documentos já existentes que vinculem os parceiros ao processo de pré-qualificação objeto deste Aviso.
- 5.9 De acordo com o disposto no nº 8 do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, uma parceria poderá propor-se para dinamizar e implementar mais do que uma Estratégia de Desenvolvimento Local.

6 CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PARCERIA

- 6.1 A apresentação das candidaturas à pré-qualificação das parcerias deve ter por base um documento devidamente estruturado que indique, nomeadamente:
 - a) Os limites do território de atuação;
 - b) A caracterização da parceria, incluindo o seu modelo organizacional;
 - c) O diagnóstico da situação do território de incidência;
 - d) A proposta macro de estratégia para o território de incidência, identificando:
 - i) os desafios a que se propõem dar resposta,
 - ii) os objetivos definidos
 - iii) as principais áreas de intervenção e respetiva focalização,
 - iv) os contributos para os resultados esperados;
 - e) A descrição do processo de envolvimento com as comunidades locais.

7 APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

- 7.1 A apresentação das candidaturas é feita em suporte eletrónico através do Balcão PT 2020, no endereço www.portugal2020.pt
- 7.2 As candidaturas poderão ser apresentadas durante o prazo de 90 dias de calendário a contar da data de divulgação do presente aviso de concurso.
- 7.3 A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário do Balcão 2020.

8 ANÁLISE E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

- 8.1 As candidaturas são analisadas por uma Comissão de Avaliação com a seguinte composição:
 - a) O Coordenador Regional para a Região Autónoma dos Açores do PO MAR 2020, que preside;
 - b) 1 representante do Gabinete do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia;
 - c) 1 representante do Gabinete de Planeamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, na qualidade de organismo intermédio de gestão do PO MAR 2020;
 - d) 1 representante da Direção de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira da Direção Regional das Pescas, na qualidade de organismo intermédio de gestão do PO MAR 2020;
 - e) 1 representante da Autoridade de Gestão do PRORURAL+.

A Comissão de Avaliação pode, ainda, ser apoiada por serviços da administração regional sectorialmente competentes, em função dos domínios em análise.
- 8.2 A Comissão de Avaliação aprecia as candidaturas de acordo com o sistema de notação previsto no ponto 8.4 e emite decisão de pré-qualificação da parceria no prazo máximo de 60 dias de calendário, após a data de encerramento do período de apresentação de candidaturas.
- 8.3 Prevê-se a possibilidade de interações entre a Comissão de Avaliação e os promotores das candidaturas, com o objetivo de dar maior coesão, alcance e representatividade às parcerias concorrentes e aos territórios envolvidos, incluindo a possibilidade de se sugerirem a fusão ou integração de parcerias e/ou redefinições territoriais ou temáticas entre DLBC.
- 8.4 As candidaturas são objeto de apreciação através de um sistema de notação, numa escala de 1 (fraco) a 5 (excelente), que será aplicado às seguintes dimensões de análise:
 - A.** Contributos para os resultados (os resultados esperados na prossecução do DLBC Costeiro constam do Anexo I) com base na apreciação do enfoque temático e dos objetivos apresentados na proposta macro de estratégia para o território de incidência;
 - B.** Qualidade da parceria, com base na apreciação da representatividade, tanto temática como setorial e territorial dos parceiros, bem como a natureza (pública ou privada) dos mesmos e a apreciação da adequação do processo de envolvimento dos parceiros locais;

- C. Alinhamento da estratégia preconizada com as estratégias regionais e setoriais, incluindo a complementaridade com outros instrumentos de política incidentes no mesmo território de intervenção.

- 8.5 Serão consideradas passíveis de reconhecimento as candidaturas de parcerias que vierem a obter um mínimo de 3 pontos, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO GLOBAL} = 0,30 \text{ A} + 0,40 \text{ B} + 0,30 \text{ C}$$

- 8.6 A notação de 1 em qualquer dos subcritérios determinará a não elegibilidade da candidatura, com exceção de casos devidamente justificados e aceites pela Comissão de Avaliação.
- 8.7 Durante o período de análise das candidaturas a Comissão de Avaliação pode solicitar aos candidatos elementos ou esclarecimentos adicionais. Os candidatos têm 10 dias úteis, contados a partir da data da sua notificação, para apresentação dos elementos em falta. A ausência de resposta ou se esta não suprir toda a informação solicitada, determinam o indeferimento da candidatura.
- 8.8 A decisão sobre as candidaturas é notificada aos candidatos. Da não aprovação das candidaturas haverá lugar à audiência prévia dos candidatos, nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo.

9 Contactos e informação complementar

Pedidos de informação complementar devem ser dirigidos para:

- Direção Regional das Pescas, Rua Cônsul Dabney - Colónia Alemã P-9900-014 HORTA
- Tel.: (+351) 292 202 400
- info.drp@azores.gov.pt

ANEXO I

Informação de suporte à operacionalização do DLBC costeiro

1. Período de vigência do DLBC Costeiro

O período de vigência é 2016-2020, com possibilidade de prolongamento até ao final de 2022.

2. Dotação indicativa do FEAMP

A dotação indicativa do FEAMP para a preparação e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local na Região Autónoma dos Açores é de 3 milhões de euros.

3. Limiares de investimento

A despesa pública aprovada por operação terá como limite máximo 150 mil euros nos casos em que, simultaneamente, as operações sejam promovidas por entidades públicas e não sejam geradoras de lucro, e de 75 mil euros, nos casos restantes.

4. Resultados esperados na prossecução do DLBC Costeiro

A preparação e avaliação das propostas do DLBC Costeiro devem ponderar os seguintes elementos:

- Número de postos de trabalho criados;
- Número de postos de trabalho mantidos;
- Número de empresas criadas;
- Número de empresas apoiadas;
- Número de operações ligadas à pesca e à aquicultura;
- Número de operações de diversificação das atividades produtivas (dentro da pesca e reconversão de trabalhadores da pesca para outras atividades com ligação ao mar);
- Número de operações ligadas ao turismo;
- Número de operações ligadas ao património;
- Número de operações relacionadas com circuitos curtos;
- Número de intervenções ligadas à formação;
- Número de horas de formação;
- Número de formandos abrangidos;
- Número de centros náuticos ligados ao desporto escolar;
- Número de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica;
- Número de operações de valorização da imagem do sector e dos seus agentes.

5. Principais Tipologias de Intervenção

As estratégias no âmbito do DLBC Costeiro devem ser concebidas em torno das seguintes tipologias de intervenção:

- Inovação em espaço marítimo: desenvolvimento de novas metodologias de produção e/ ou de organização das entidades conexas; de novos produtos; de investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, a sua reabilitação e mitigação dos

impactos da ação ambiental e humana; criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar;

- Qualificação escolar e profissional relacionada com o mar: apoio à capacitação de atores, incluídos jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar, melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo;
- Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos: apoio a intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores;
- Reforço da competitividade da pesca: criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura;
- Reforço da competitividade do turismo: criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo de âmbito local; criação recuperação e modernização das estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo;
- Promoção de produtos locais de qualidade: fomento das oportunidades de investimento que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos;
- Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar: apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação.

ANEXO II

Tabela 1 - Freguesias-âncora para a operacionalização do DLBC Costeiro

ILHA	Freguesias-âncora	População residente (Censos 2011)
Santa Maria	Vila do Porto	3.119
	Sub-total	3.119
São Miguel	Lagoa (Nossa Senhora do Rosário)	5.396
	Ponta Delgada (São José)	5.934
	Santa Clara	2.971
	Ribeira Quente	767
	Rabo de Peixe	8.866
	Vila Franca do Campo (São Miguel)	2.659
	Sub-total	26.593
Terceira	São Mateus da Calheta	3.757
	Cabo da Praia	712
	Praia da Vitória (Santa Cruz)	6.690
	Sub-total	11.159
Graciosa	Praia (São Mateus)	836
	Sub-total	836
São Jorge	Calheta	1.275
	Velas	1.985
	Sub-total	3.260
Pico	Lajes do Pico	1.802
	Madalena	2.581
	São Roque do Pico	1.316
	Sub-total	5.699
Faial	Horta (Angústias)	2.418
	Sub-total	2.418
Flores	Santa Cruz das Flores	1.725
	Sub-total	1.725
Corvo	Vila Nova do Corvo	430
	Sub-total	430
TOTAL		55.239

Tabela 2 - Freguesias costeiras

ILHA	Freguesias costeiras	População residente (Censos 2011)	Área (km2)
Santa Maria	Almagreira	599	11,22
	Santa Bárbara	405	15,27
	Santo Espírito	588	26,68
	São Pedro	841	18,17
	Vila do Porto	3.119	25,55
	Sub-total	5.552	96,89
São Miguel	Água de Pau	3.058	17,46
	Lagoa (Nossa Senhora do Rosário)	5.396	6,52
	Lagoa (Santa Cruz)	3.671	14,27
	Ribeira Chã	396	2,50
	Achada	436	11,89
	Achadinha	535	12,41
	Lomba da Fazenda	844	14,77
	Nordeste	1.341	21,56
	Salga	488	7,71
	Santana	475	6,12
	Algarvia	290	5,40
	Santo António de Nordestinho	255	12,09
	São Pedro de Nordestinho	273	7,94
	Candelária	1.079	8,63
	Capelas	4.080	16,86
	Fenais da Luz	2.009	7,69
	Feteiras	1.571	23,53
	Ginetes	1.378	12,14
	Mosteiros	1.123	8,95
	Ponta Delgada (São Sebastião)	3.953	3,34
	Ponta Delgada (São José)	5.934	1,66
	Ponta Delgada (São Pedro)	7.742	2,89
	Relva	3.006	12,07
	Remédios	931	5,59
	Rosto do Cão (Livramento)	4.062	5,59
	Rosto do Cão (São Roque)	4.932	7,21
	Santa Bárbara	855	8,72
	Santo António	1.829	11,75
	São Vicente Ferreira	2.361	11,42
	Ajuda da Bretanha	661	6,07
	Pilar da Bretanha	624	7,09
	Santa Clara	2.971	2,24
	Água Retorta	489	14,13
	Faial da Terra	359	11,38
	Povoação	2.161	26,23
	Ribeira Quente	767	9,04
	Calhetas	988	4,70
	Fenais da Ajuda	1.131	13,36
	Lomba da Maia	1.152	20,47
	Lomba de São Pedro	284	8,25
	Maia	1.900	21,98
	Porto Formoso	1.265	12,80
	Rabo de Peixe	8.866	16,96
	Ribeira Grande (Conceição)	2.425	12,73
	Ribeira Grande (Matriz)	3.968	10,84
	Ribeira Seca	2.950	12,59
	Ribeirinha	2.349	17,98

ILHA	Freguesias costeiras	População residente (Censos 2011)	Área (km2)
	São Brás	650	8,08
	Água de Alto	1.788	18,41
	Ponta Garça	3.547	29,35
	Ribeira das Tainhas	703	9,59
	Vila Franca do Campo (São Miguel)	2.659	12,60
	Vila Franca do Campo (São Pedro)	1.426	2,48
	Ribeira Seca	1.106	5,53
	Sub-total	111.492	603,57
Terceira	Altares	901	28,22
	Angra (Nossa Senhora da Conceição)	3.717	2,44
	Angra (São Pedro)	3.460	3,66
	Angra (Sé)	955	1,65
	Cinco Ribeiras	704	10,80
	Doze Ribeiras	513	10,41
	Feteira	1.239	5,25
	Porto Judeu	2.501	30,27
	Raminho	565	11,07
	Ribeirinha	2.684	7,53
	Santa Bárbara	1.274	16,40
	São Bartolomeu de Regatos	1.983	25,00
	São Bento	2.000	10,34
	São Mateus da Calheta	3.757	5,98
	Serreta	335	14,36
	Vila de São Sebastião	2.096	23,93
	Agualva	1.432	38,76
	Biscoitos	1.424	27,05
	Cabo da Praia	712	3,18
	Lajes	3.744	12,11
	Praia da Vitória (Santa Cruz)	6.690	30,09
	Quatro Ribeiras	394	12,83
	Vila Nova	1.678	8,14
	Porto Martins	1.001	3,43
	Sub-total	45.759	342,89
Graciosa	Guadalupe	1.096	20,62
	Luz	683	11,70
	Praia (São Mateus)	836	12,82
	Santa Cruz da Graciosa	1.776	15,52
	Sub-total	4.391	60,66
São Jorge	Calheta	1.275	18,81
	Norte Pequeno	220	12,11
	Ribeira Seca	1.025	53,77
	Santo Antão	745	32,34
	Topo (Nossa Senhora do Rosário)	508	9,24
	Manadas (Santa Bárbara)	374	11,20
	Norte Grande (Neves)	532	31,85
	Rosais	743	24,23
	Santo Amaro	862	22,53
	Uzelina (São Mateus)	902	13,69
	Velas (São Jorge)	1.985	13,89
	Sub-total	9.171	243,65
Pico	Calheta de Nesquim	343	13,81
	Lajes do Pico	1.802	53,09
	Piedade	844	12,81
	Ribeiras	925	34,17
	Ribeirinha	374	8,49

ILHA	Freguesias costeiras	População residente (Censos 2011)	Área (km2)
	São João	423	32,94
	Bandeiras	626	22,21
	Candelária	822	29,70
	Criação Velha	768	18,36
	Madalena	2.581	35,59
	São Caetano	480	23,88
	São Mateus	772	17,37
	Prainha	547	26,10
	Santa Luzia	422	30,13
	Santo Amaro	288	11,86
	Santo António	815	32,04
	São Roque do Pico	1.316	42,23
	Sub-total	14.148	444,80
Faial	Capelo	486	26,64
	Castelo Branco	1.309	23,92
	Cedros	907	24,54
	Feteira	1.899	14,46
	Horta (Angústias)	2.418	3,79
	Horta (Conceição)	1.138	3,08
	Horta (Matriz)	2.562	1,81
	Pedro Miguel	759	14,48
	Praia do Almoxarife	834	9,20
	Praia do Norte	250	13,85
	Ribeirinha	427	12,26
	Salão	401	10,40
	Sub-total	13.390	158,44
Flores	Fajã Grande	202	12,97
	Fajãzinha	76	6,16
	Fazenda	257	9,47
	Lajedo	93	6,79
	Lajes das Flores	627	18,79
	Lomba	206	9,87
	Mosteiro	43	5,99
	Caveira	77	3,28
	Cedros	128	10,30
	Ponta Delgada	359	17,65
	Santa Cruz das Flores	1.725	39,68
	Sub-total	3.793	140,96
Corvo	Corvo	430	17,11
	Sub-total	430	17,11
TOTAL		208.126	2.108,98